ReGeo ISSN: 2177-3246

POLÍTICA DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA, EXPANSÃO DO CAPITAL E SUBORDINAÇÃO DE RENDA NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DE IRECÊ, BAHIA

POLICY ON AGRICULTURAL MODERNIZATION, CAPITAL EXPANSION, AND INCOME SUBORDINATION IN THE IDENTITY TERRITORY OF IRECÊ, BAHIA

POLÍTICA DE MODERNIZACIÓN DE LA AGRICULTURA, EXPANSIÓN DEL CAPITAL Y SUBORDINACIÓN DE LA RENTA CAMPESINA EN EL TERRITORIO DE IDENTIDAD DE IRECÊ, BAHÍA, BRASIL

https://doi.org/10.56238/revgeov17n11-085

Data de submissão: 16/10/2026 **Data de publicação:** 16/11/2026

José Antonio Lobo dos Santos
Professor Doutor, Doutor em Geografia Humana
Instituição: Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-7143-3407
Lattes: http://lattes.cnpq.br/1244012663602391

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir o processo de modernização da agricultura, a expansão do capital e seus impactos sobre a subordinação da renda camponesa no Território de Identidade de Irecê, Bahia, Brasil. Para tanto, destaca a introdução massiva de máquinas e equipamentos agrícolas, a ampliação do financiamento, a estruturação da logística de produção e o escoamento de determinados produtos agrícolas, sobretudo feijão, milho e mamona, entre as décadas de 1950 e 1990. Esse conjunto de transformações marcou decisivamente a produção do espaço agrário regional. O problema de pesquisa fundamenta-se em duas questões centrais: como se desenvolveu a política de modernização da agricultura e de expansão do capital no território? Quais impactos esse processo produziu na reestruturação das relações de produção e nas formas de apropriação da renda camponesa? A metodologia adotada baseia-se em pesquisa bibliográfica e documental, realizada por meio da consulta a livros, revistas, artigos científicos e documentos institucionais, complementada por trabalhos de campo e entrevistas qualitativas nos municípios de Irecê, Lapão e Cafarnaum. Os resultados evidenciam a reprodução e a expansão do capital no território por meio de um processo verticalizado de modernização agrícola, que preservou a estrutura fundiária concentrada e ampliou a dependência dos agricultores em relação ao crédito, aos insumos e aos circuitos de comercialização. Nesse contexto, o endividamento, a apropriação de parcelas da renda camponesa pelos agentes financeiros e comerciais e a crescente dependência dos mercados contribuíram para fragilizar as unidades produtivas, favorecendo processos de expropriação da terra, proletarização de agricultores e monopolização do território.

Palavras-chave: Modernização. Agricultura. Campesinato. Monopolização.

ABSTRACT

This article aims to examine the process of agricultural modernization, the expansion of capital, and their impacts on the subordination of peasant income in the Identity Territory of Irecê, Bahia, Brazil. To this end, it highlights the widespread introduction of agricultural machinery and equipment, the expansion of agricultural financing, the development of production logistics, and the transportation and marketing of specific agricultural commodities, particularly beans, maize, and castor beans,

between the 1950s and the 1990s. This set of transformations decisively reshaped the production of the regional agrarian space. The research addresses two central questions: how did agricultural modernization and capital expansion policies unfold in this territory? What impacts did this process have on the restructuring of production relations and on the forms through which peasant income was appropriated? The methodology is based on bibliographic and documentary research, drawing on books, journals, scientific articles, and institutional documents, complemented by fieldwork and qualitative interviews conducted in the municipalities of Irecê, Lapão, and Cafarnaum. The findings reveal the reproduction and expansion of capital in the territory through a top-down process of agricultural modernization that preserved the concentrated landholding structure and increased farmers' dependence on credit, industrial inputs, and commercial distribution networks. In this context, indebtedness, the appropriation of portions of peasant income by financial and commercial agents, and growing market dependence contributed to weakening peasant production units, fostering processes of land expropriation, the proletarianization of farmers, and the monopolization of territory.

Keywords: Modernization. Agriculture. Peasantry. Monopolization.

RESUMEN
Este artículo tiene como objetivo discutir el proceso de modernización de la agricultura, la expansión del capital y sus impactos sobre la subordinación de la renta campesina en el Territorio de Identidad de Irecê, Bahía, Brasil. Para ello, destaca la introducción masiva de maquinaria y equipos agrícolas, la ampliación del financiamiento, la estructuración de la logística de producción y la comercialización de determinados productos agrícolas, especialmente frijol, maíz y ricino, entre las décadas de 1950 y 1990. Este conjunto de transformaciones marcó decisivamente la producción del espacio agrario regional. El problema de investigación se fundamenta en dos cuestiones centrales: ¿cómo se desarrollaron la política de modernización de la agricultura y la expansión del capital en el territorio? ¿Qué impactos produjo este proceso en la reestructuración de las relaciones de producción y en las formas de apropiación de la renta campesina? La metodología adoptada se basa en una investigación bibliográfica y documental, realizada mediante la consulta de libros, revistas, artículos científicos y documentos institucionales, complementada con trabajos de campo y entrevistas cualitativas en los municipios de Irecê, Lapão y Cafarnaum. Los resultados evidencian la reproducción y expansión del capital en el territorio mediante un proceso verticalizado de modernización agrícola, que preservó la estructura agraria concentrada y amplió la dependencia de los agricultores respecto al crédito, los insumos y los circuitos de comercialización. En este contexto, el endeudamiento, la apropiación de partes de la renta campesina por parte de los agentes financieros y comerciales y la creciente dependencia de los mercados contribuyeron a debilitar las unidades productivas, favoreciendo procesos de expropiación de la tierra, proletarización de los agricultores y monopolización del territorio.

Palabras clave: Modernización. Agricultura. Campesinado. Monopolización.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo discutir a política de modernização da agricultura no Território de Identidade de Irecê, Bahia, entre as décadas de 1950 e 1990, e suas implicações para o campesinato. Para tanto, destaca a introdução massiva de máquinas e equipamentos agrícolas, a ampliação do financiamento da produção e a estruturação da logística produtiva e de escoamento de determinados produtos agrícolas, especialmente do feijão, do milho e da mamona no período destacado. Esse conjunto de transformações contribuiu decisivamente para a reconfiguração do espaço agrário regional, alterando as relações de produção e as condições de reprodução social do campesinato.

A política de modernização da agricultura no Brasil percorreu caminhos dolorosos e conservadores, principalmente a partir dos anos de 1950, quando esse processo se intensificou de forma mais significativa e conectada aos circuitos produtivos internacionais no pós-Segunda Guerra Mundial. Como mostra Suzuki (2007, p. 93), a partir dos anos 1950, há um forte processo de proletarização de uma parcela de trabalhadores rurais no campo brasileiro, em detrimento do esfacelamento do regime de colonato, assim como a transmutação de uma parte do complexo rural em complexo agroindustrial, o qual passa a ter a cana-de-açúcar, o milho, o algodão, a pecuária e, principalmente, a soja, nos anos 1970, como pilares de sustentação.

Para dar fôlego a esse modelo de modernização da agricultura, foi criado no Brasil, em 1965, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), o qual nasceu com o propósito específico de injetar dinheiro, por meio de financiamento agrícola, nos latifúndios produtivos e improdutivos do país, visando o rápido desenvolvimento de arranjos fundamentados na monocultura e na grande propriedade. Essa organização produtiva, conhecida como agricultura capitalista, vai demarcar, a partir da criação de novos arranjos espaciais, um novo divisor de águas dentro do debate sobre a questão agrária brasileira, doravante a formação de grandes complexos agroindustriais.

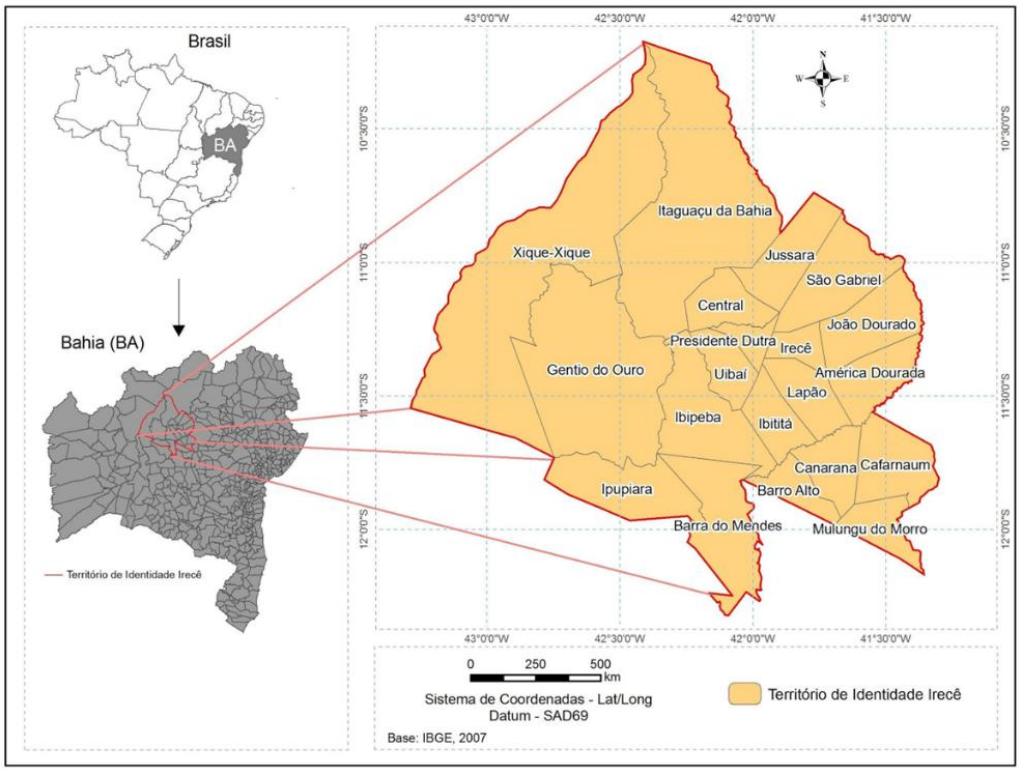
Já na área do Semiárido brasileiro, apenas alguns pontos foram inseridos diretamente nessa modernização agrícola. Geralmente, em locais onde o governo investiu recursos públicos na criação de perímetros irrigados, a exemplo do eixo Juazeiro/Petrolina entre os estados da Bahia e Pernambuco, com a produção de frutas, cana-de-açúcar, entre outros produtos. Nesse bojo, o atual Território de Identidade de Irecê, conhecido popularmente como região de Irecê, entrou no circuito capitalista da modernização por meio de investimentos em maquinários, empréstimos de dinheiro, logística produtiva, escoamento e financiamento da produção, principalmente de feijão, a partir dos anos de 1950.

O Território de Identidade de Irecê foi escolhido para a realização de estudo sobre os impactos da modernização agrícola por ser uma das áreas mais importantes do estado da Bahia, ter um grande

contingente populacional vivendo no campo e abrigar um importante centro urbano do Semiárido baiano, que é a cidade de Irecê, cujo município possui, segundo o IBGE (2022), 74.507 mil habitantes. Além disso, na atualidade, os municípios do Território em questão produzem cerca de 70% da mamona da Bahia, estado que respondeu por 98,5% do cultivo de mamona no Brasil, segundo estimativas do IBGE para o ano de 2020.

De acordo com as informações do IBGE (2010), o Território citado abrange uma área de 26.638 km², tendo, em 2010, uma população total de 402.828 mil habitantes, dos quais 155.528 mil viviam na área rural, 38,6% do total. Segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) em 2019, a população estimada do Território supracitado em 2020 era de 425.435 mil habitantes com 61,4% vivendo em área urbana e 38,6% em área rural. O censo do IBGE de 2022 contabilizou um total de 413.673 mil habitantes na área, um aumento de 2,69% com relação a 2010.

Figura 1. Localização do Território de Identidade de Irecê-BA



Fonte: organizado pelo autor e elaborado por Pablo Santos a partir de dados do IBGE (2007).

O Território de Identidade de Irecê foi criado, em 2003, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), como fruto de uma nova lógica de regionalização do espaço para atuação deste Ministério nas áreas rurais. Este é composto por um total de 20 municípios que são: América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Irecê,

Ipupiara, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí e Xique-Xique, como demonstra a Figura 1.

Com base nas premissas apresentadas e com o propósito de abordar a temática de maneira organizada e sistemática, este artigo está estruturado em quatro partes. A primeira corresponde à introdução, na qual são apresentados o tema central e os aspectos que orientam a discussão. A segunda, intitulada *Política de modernização da agricultura no Brasil,* aponta alguns aspectos que nortearam o processo de modernização da produção agrícola no Brasil. A terceira parte, *Implicações da modernização da agricultura e expansão do capital no campesinato*, analisa os principais impactos dessa modernização nas dinâmicas socioeconômicas e nas formas de reprodução social do campesinato. Por fim, a quarta parte apresenta as considerações finais, pontuando certos impactos gerais observados na área em questão.

2 POLÍTICA DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL

A manutenção de uma estrutura fundiária excludente, cujas raízes históricas remontam ao período colonial, com a implantação das Capitanias Hereditárias e do regime de Sesmarias, e que se reconfigurou com a promulgação da Lei de Terras de 1850, associou-se à valorização dos grandes proprietários rurais e ao incentivo às culturas agrícolas destinadas à exportação. Esses elementos contribuíram para conformar a estrutura socioespacial do campo brasileiro, reproduzindo desigualdades no acesso à terra e aos recursos produtivos.

A década de 1950 constitui um marco histórico na política brasileira, sobretudo no que se refere à consolidação de um modelo de intervenção estatal baseado em investimentos no setor agrícola. A intervenção estatal se fundamentava em uma lógica capitalista de modernização da agricultura brasileira. Essa modernização foi se consolidando no país por meio da importação de insumos, maquinários e tecnologias, expansão da fronteira agrícola, inserção de grandes somas de dinheiro na produção por meio do crédito agrícola e total permissividade governamental à utilização, principalmente em áreas de fronteira agrícola, de mão-de-obra escrava, sobretudo pela modalidade da escravidão por dívida, além da introdução de novas terras, em sua maioria devolutas, ao processo produtivo via grilagem.

Silva (1998, p. 03) aponta que: “O longo processo de transformação da base técnica, chamado de modernização, culmina, pois, na própria industrialização da agricultura. Esse processo representa na verdade a subordinação da Natureza ao capital (...)”. O autor se refere aos impactos da chama Revolução Verde no Brasil, que se deu por meio da importação de insumos e maquinários agrícolas, principalmente dos Estados Unidos. Argumenta que a adoção desse pacote tecnológico, não somente

rompeu com os ciclos ecológicos tradicionais como também consolidou uma nova forma de produção em larga escala sustentada na técnica, na superexploração dos recursos naturais, na produtividade crescente e no aprofundamento da conexão dessas cadeias produtivas com o mercado internacional.

Essa modernização, que é oriunda de uma falsa ideia homogeneizante da diversidade do homem, é compreendida nesse trabalho pela perspectiva ideológica da modernidade fundamentada em uma exploração de renda de forma globalitária. É essa lógica de modernização, apoiada na capacidade do modo capitalista de produção de se adaptar, sobretudo por meio das crises, aos mais diferentes momentos históricos, que busca criar uma base técnica que proporcione ao sistema a racionalidade necessária à acumulação e à reprodução de capital. Como mostra Harvey, (2006, p. 47): "Em geral, as crises periódicas devem ter o efeito de expandir a capacidade produtiva e de renovar as condições de acumulação adicional. Podemos conceber cada crise como uma mudança do processo de acumulação para um nível novo e superior".

O que tanto Martins (2010) quanto Harvey (2006) discutem, ajuda a compreender, a partir de uma visão de totalidade, o significado material e simbólico do processo de modernização da agricultura no Brasil[1]. Martins (2010), em seu livro, *A sociabilidade do homem simples*, chama a atenção para uma modernidade que tem como pano de fundo incluir pessoas, quando, na verdade, se fundamenta em uma excludente transformação da base técnica do sistema produtivo para atender aos anseios da acumulação de capital.

Harvey (2006), por meio do livro *A produção capitalista do espaço*, explica a crise como endêmica ao sistema capitalista, a qual se estabelece também como uma engrenagem de renovação dos processos de obtenção de mais-valia e acumulação de riqueza no seio do modo capitalista de produção. Já Silva (1998, p. 50/51) a firma que: "Não é por acaso que essa política de modernização conservadora, uma via capitalista de desenvolvimento que não tocaria na estrutura da propriedade rural, seria exatamente o sentido das políticas agrícolas dos governos militares que se seguiram ao golpe de 1964, apoiado por segmentos da burguesia brasileira e do capital internacional".

Em meio a esse debate, podemos dizer que o modelo de modernização agrícola adotado pelo Estado brasileiro, a partir dos anos 1950, veio acompanhado por efeitos colaterais muito profundos, os quais vão, ao longo do tempo, deixando diversas marcas políticas, econômicas e sociais na sociedade brasileira.

Esse modelo de modernização agrícola, em primeiro lugar, vai garantir a permanência do latifúndio como forma elitista, conservadora e excludente de ocupação da terra no Brasil. Segundo, vai

[1] Entendemos a agricultura como um sistema de cultivo e criação de animais presentes no campo e compreendidos como parte integrante das problemáticas que envolvem a questão agrária nacional.

importar um aparato mecanicista, oriundo da chamada Revolução Verde, visando aumentar a produtividade agrícola das lavouras. Contudo, grande parte desses elementos técnicos não foi adaptável às condições do solo e do clima do país. Terceiro, a mecanização acelerada do campo causou um forte processo de proletarização de uma parte do campesinato nacional. Quarto, a não inclusão proposital do campesinato neste modelo de reestruturação da produção agrícola causou uma grande onda de movimentos migratórios no país, em sua maioria, camponeses expulsos do campo por força de um conjunto de novas territorialidades norteadas pela própria política estatal de modernização das atividades produtivas de uma parte do campo.

Com relação ao processo de proletarização de parte do campesinato e sua expulsão do campo, Oliveira (2007, p. 36) esclarece: “Assim, os trabalhadores devem estar no mercado livres dos meios de produção, mas proprietários de sua força de trabalho, para vendê-la ao capitalista; este sim, proprietário dos meios de produção”. Evidencia-se que um dos objetivos centrais desse processo de modernização, para além da preservação da estrutura latifundiária, consistia em promover a transformação de parcelas do campesinato em trabalhadores progressivamente desvinculados dos meios de produção. Esse processo favoreceu a constituição de uma força de trabalho disponível para o mercado capitalista, na condição de vendedora de sua força de trabalho, seja como proletariado rural, Boi Fria e/ou como assalariada nos centros urbanos.

Em meio à discussão, chamo a atenção para a periodização do processo de modernização da agricultura no Brasil. Pois, com base nos estudos de Suzuki (2007, p. 85-86) compreendemos que a modernização não pode ser pensada e discutida no Brasil e, de forma geral, em outras partes do globo terrestre, somente a partir dos anos 1950. A modernização é um processo de transformação na base técnica da produção e de (re)organização produtiva, incluindo aí também, as formas de circulação, distribuição e consumo das mercadorias.

A modernização da agricultura expandiu-se pelo país de forma seletiva e excludente. Apenas algumas áreas foram diretamente inseridas nos processos de transformação da base técnica da produção agrícola, em detrimento de grande parte do território nacional. O bioma cerrado foi um dos mais afetados por essas transformações, principalmente na parte central do país, compreendendo a parte oeste do estado de Minas Gerais, oeste do estado da Bahia, sul dos estados de Piauí e Maranhão, assim como grande parte do estado de Goiás. Já em outras partes do país, destacamos o avanço da fronteira agrícola para a Amazônia Legal, principalmente no sul do Pará e na parte norte do estado de Mato Grosso.

Foi no seio dessa lógica de expansão da modernização agrícola pelo país, que a área que compreende hoje o Território de Identidade de Irecê foi inserida, ou seja, “algumas áreas mais

dinâmicas do Nordeste, particularmente da Bahia, se engajaram nesse processo modernizador, como é o caso de Irecê" (Fundação Centro de Projetos e Estudos, 1994, p. 32). Essa inserção se deu por conta de mudanças técnicas na base produtiva, farto crédito agrícola subsidiado e incentivo ao cultivo de monoculturas.

3 IMPLICAÇÕES DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E EXPANSÃO DO CAPITAL NO CAMPESINATO

No Território de Identidade de Irecê, os investimentos voltados para uma rápida modernização agrícola se concentraram, de fato, a partir dos anos 1960, porém, alguns estudos apontam que a inserção de maquinários e de crédito agrícola nessa área, principalmente no município de Irecê, é datada na década de 1940, como aponta a SEI (2000, p. 22): "Os primeiros sinais de rompimento com esse quadro só ocorreram no início da década de 40, quando passa a ser registrado um incipiente processo de mecanização da agricultura no município de Irecê". Essas primeiras iniciativas serviram como experiência para a inserção da área em questão em um conjunto de transformações comandadas pela lógica do capital internacional de forma articulada com as elites nacionais.

Essa lógica buscava inserir citado Território nos circuitos produtivos nacionais e internacionais da agricultura. Paralelamente, pretendia ampliar o mercado consumidor de máquinas, equipamentos, implementos e insumos agrícolas, em grande parte importados, no contexto da difusão do paradigma tecnológico da Revolução Verde. Destaca-se, ainda, a disponibilização de recursos financeiros por meio de linhas de crédito subsidiado, que viabilizaram a aquisição desses produtos pelos agricultores em proporções expressivas para os padrões regionais. Esse processo favoreceu a expansão do mercado para empresas multinacionais do setor agroindustrial, ao mesmo tempo que aprofundou a dependência dos produtores em relação aos insumos industriais, às tecnologias externas e ao financiamento da produção.

A produção triconsorciada, tendo o feijão como carro chefe, porém, acompanhada do milho e da mamona, foi o que de fato predominou nessa área, principalmente com a intensificação da modernização de sua base produtiva a partir dos anos 1960. Esse novo momento produtivo veio acompanhado de uma rápida expansão das lavouras temporárias produzidas na região, a exemplo das citadas, principalmente, entre os anos de 1950 e 1980, conforme demonstra a Tabela 1.

Tabela 1. Expansão da área, em hectares (ha), das lavouras temporárias no estado da Bahia, na região de Irecê e no município de Irecê (1950-1985)[2]

Unidade Territorial	1950	1970	1985	Crescimento Relativo %	
				1950/70	1970/85
Estado da Bahia	844.782	1.468.740	2.555.823	73,9	74,0
Região de Irecê	25.126	180.082	343.130	616,7	90,5
Município de Irecê	8.320	68.967	125.416	728,9	81,8

Fonte: Fundação Centro de Projetos e Estudos (1994, p. 32).

Podemos dizer que entre os anos de 1950 e 1985 houve forte expansão das lavouras temporárias na região, principalmente, da cultura triconsorciada de feijão, milho e mamona. Entre 1950 e 1970, o crescimento relativo da chamada região de Irecê cresceu 616,7% e o do município de Irecê 728%, ou seja, percentuais de crescimento, no que compete à expansão das lavouras temporárias, muito superiores ao crescimento do estado da Bahia, que nesse mesmo período ficou em 73,9%.

A região de Irecê, principalmente entre os anos 1950 e 1970, passou por um grande surto de crescimento na produção agrícola, com diferenças com relação ao todo do estado da Bahia, pois, na escala estadual, somente poucas áreas foram incluídas no acelerado e seletivo projeto de modernização da agricultura brasileira. Além da expansão das lavouras temporárias, observamos também uma constante modernização da base técnica da produção a partir de um processo de inclusão de maquinários na área, como demonstra a Tabela 2.

Tabela 2. Crescimento do número de tratores e arados mecânicos no estado da Bahia, na região de Irecê e no município de Irecê (1950-1985)

Unidade Territorial	Tratores			Arados Mecânicos		
	1950	1970	1985	1950	1970	1985
Estado da Bahia	82	1.838	15.953	947	1.453	11.580
Região de Irecê	1	413	2.261	18	347	1.997
Município de Irecê	-	259	1.299	4	297	1.111

Fonte: Fundação Centro de Projetos e Estudos (1994, p. 32).

Os dados evidenciam a existência de uma forte inserção de equipamentos técnicos no sistema produtivo regional. Estes equipamentos não eram produzidos na região e muitos não eram produzidos no Brasil. Grande parte desses equipamentos técnicos eram importados de grandes empresas multinacionais sediadas nos chamados "países polos", a exemplo dos Estados Unidos, França, Inglaterra e outros. Havia também tratores e arados mecânicos que possibilitaram maior produtividade,

[2] Nessas lavouras, inclui-se o feijão, o milho, a mamona e o algodão. Outra questão relevante e que vale a pena chamar a atenção é que, entre os anos de 1950 e 1985, houve um intenso processo de desmembramento de municípios na área em questão, porém, a tabela leva em consideração grande parte, no que chama de região de Irecê, do que compreende atualmente o Território de Identidade de Irecê.

além da abertura de novas áreas, visando a expansão das lavouras, principalmente, do feijão, do milho e da mamona.

A expressiva introdução de máquinas e equipamentos agrícolas, defensivos e outros insumos na região de Irecê possibilitou a rápida expansão de determinadas culturas agrícolas, ao mesmo tempo que promoveu mudanças nas relações de trabalho existentes, sobretudo no espaço rural. Outra transformação importante esteve associada à intensificação do processo de urbanização no Território de Identidade de Irecê, conforme aponta a Fundação Centro de Projetos e Estudos (1994, p. 32-33): "Entre os anos sessenta e setenta inicia-se um processo de mudanças na base técnica da agricultura nacional [...] além disso, o período coincide com a intensificação do processo de urbanização e rápido crescimento do emprego não agrícola [...]".

Os projetos agrícolas fundamentados no excludente modelo de modernização da agricultura no Brasil tiveram grandes impactos no campesinato do Território de Identidade de Irecê. A transformação de uma parcela dos camponeses em proletários, por meio da geração de emprego agrícola nas fazendas produtoras de milho, mamona, feijão e pecuária foi uma marca registrada pelo processo acelerado de modernização da agricultura nessa área.

Essa transformação de uma parcela dos camponeses em proletários passou também por um processo articulado e fundamentado em estratégias de monopolização da terra, ou seja, apropriação privada da terra e sua transmutação de uma terra de trabalho para uma terra de negócio. "A monopolização da terra obriga os não possuidores, e mesmo os pequenos proprietários, a comprar acesso a esse recurso decisivo ou a seus frutos. Não tem outro modo de fazê-lo se não vendendo seu trabalho ao próprio comprador monopolista" (Frank, 2005, p. 86).

A monopolização da terra é também um forte elemento de proletarização e de expulsão de camponeses do espaço rural. Esse movimento está fortemente vinculado com a expansão do modo capitalista de produção como sinaliza Martins (1981, p. 152-153) argumentando que: "Como já não são proprietários nem dos instrumentos de trabalho, nem dos objetos, das matérias-primas, empregados no trabalho, não têm outra alternativa que não seja a de vender sua força de trabalho ao capitalista, ao patrão". Outra questão importante é com relação ao forte processo de endividamento do campesinato, a partir do farto crédito agrícola que, de maneira proposital e planejada, foi disponibilizado na área em pauta.

No território em questão, já na década de 1970, possuía 12 agências bancárias especializadas em viabilizar o crédito agrícola, principalmente para os camponeses que se comprometessem a produzir feijão. Segundo a Ematerba (1980, p. 25), havia agências do Banco do Brasil nos municípios de Irecê, Xique–Xique e Barra do Mendes; agência do Banco do Nordeste em Irecê; agências do Banco

do Estado da Bahia (Baneb)[3] em Central, Xique-Xique e Canarana. E também, agências do Bradesco em Irecê e Barra do Mendes. Todas essas instituições financeiras públicas e privadas dispunham de setores internos especializados no fornecimento de crédito para a produção agrícola.

O Banco do Brasil, no bojo da modernização da agricultura brasileira, se tornou o principal veículo de crédito agrícola no país, estando articulado à espinha dorsal do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), com aponta Elias (2003, p. 66-67): "o carro-chefe da estratégia financeira empreendida pelo Estado foi o próprio Banco do Brasil, que na década de 1970, no período mais intenso de atuação do SNCR, chegou a ser o maior financiador agrícola do mundo capitalista [...]".

Essas instituições de financiamento, como o Banco do Brasil, por meio de suas agências espalhadas na região de Irecê, tinham uma estreita relação com a extinta Ematerba, por meio de convênios, visando viabilização do crédito agrícola na área em questão. Essa parceria se fundamentava na materialização de uma articulação que passava pela dimensão pública estatal, por meio dos governos municipais, estaduais e federal, e a dimensão do capital privado nacional e internacional com grandes empresas multinacionais, sobretudo, financeiras e/ou exportadoras de maquinários e insumos agrícolas.

Segundo a Ematerba (1980, p. 25), nos anos agrícolas de 1978 e 1979, o número de camponeses atendidos pelo crédito agrícola na região foi relativamente modesto. Nesse período, o financiamento contemplou uma área de 15.638 hectares, na qual predominava uma agricultura camponesa voltada principalmente para o cultivo de feijão, milho e mamona. Já nos anos agrícolas de 1979 e 1980, conforme a mesma fonte, houve uma ampliação significativa do acesso dos produtores ao sistema de crédito rural, que passou a atender 58,9% do total de 6.494 produtores. A área contemplada também apresentou expressiva expansão, alcançando pouco mais de 207 mil hectares. Desse total, 70.009 hectares eram ocupados com lavouras de feijão, 68.891 hectares com milho e 61.116 hectares com mamona.

Identificamos o forte processo de territorialização do capital, sobretudo do capital financeiro, na área em questão, uma vez que, em um curto espaço de tempo, o crédito rural, como tentáculo do modo de produção capitalista no campo, expandiu-se rapidamente, do atendimento a uma área de 15.638 ha, para atender pouco mais de 200 mil ha, chegando, somente nos anos agrícolas de 1979 e 1980, a alcançar 58,95% dos camponeses.

[3] O Baneb era uma instituição financeira de caráter público vinculada e administrada pelo governo do estado da Bahia. Este banco foi privatizado pelo governo da Bahia no ano de 1999 para atender a uma lógica neoliberal que propunha para os países subdesenvolvidos a abertura do mercado e a privatização de suas empresas mais lucrativas, a exemplo das que atuavam nos setores financeiro, petrolífero e de geração de energia.

O endividamento dos camponeses, por meio do crédito agrícola, vai se consolidar como uma ferramenta articulada de expropriação da renda da terra camponesa, como mostra Bombardi (2004, p. 257): “Por meio dos empréstimos que fazem para a aquisição de adubos, herbicidas, mourões etc., parte da renda camponesa é apropriada pelos bancos”. Para que se possa ter uma ideia do montante de dinheiro aplicado na área do atual Território de Identidade de Irecê por agentes nacionais e internacionais, cito os mais de US$ 10 milhões de dólares (US$ 46 milhões em 2026, considerando a inflação acumulada nos Estados Unidos e a perda do poder de compra do dólar) oriundos do Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), que foram direcionados para o Programa de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI) da citada área.

Entre os anos de 1983 e 1992, o financiamento no Território em pauta chegou a aproximadamente US$ 300 milhões de dólares (valor equivalente a US$ 1,014 bilhão em 2026, considerando a inflação acumulada nos Estados Unidos e a perda do poder de compra do dólar), como aponta a Fundação Centro de Projetos e Estudos (1994, p. 40): “No período compreendido entre 1983 e 1992, o financiamento concedido aos produtores rurais da região engloba aproximadamente US$ 300 milhões de dólares [...]”. Os dados demonstram que o processo de modernização da agricultura foi viabilizado, em parte, com dinheiro de órgãos internacionais, a exemplo do Bird, e por intervenção estatal do governo brasileiro, por meio da abertura de poços, estradas, a exemplo da pavimentação da BA-052 – conhecida como Estrada do Feijão – no início dos anos 1970.

Essas intervenções, desenvolvidas ao longo das décadas de 1950 a 1990, contribuíram para consolidar um amplo processo de territorialização do capital na área estudada. Esse movimento promoveu a modernização técnica da base produtiva, tanto entre parcelas do campesinato quanto entre os agricultores patronais. Tal processo esteve associado à transformação de uma produção regional predominantemente voltada à subsistência, fundamentada na lógica da economia do excedente, em uma produção progressivamente orientada para a comercialização e subordinada às exigências e aos mecanismos de regulação do mercado capitalista. Nessa perspectiva, concordamos com Martins ([20--]), quando afirma: “Entendemos como modernização capitalista o processo de arranjo de relações sociais, econômicas, políticas e ideológicas que ocorreu na Caatinga de Irecê (...)”.

O reflexo mais visível dessa territorialização do capital pode ser observado, dentre outros fatores, pelo avanço da fronteira agrícola e pela forte produção triconsorciada de feijão, milho e mamona. Entre aos anos de 1977 e 1980, a área do atual Território de Identidade de Irecê se destacava no estado da Bahia como grande produtora de feijão.

Os dados apontam que, entre 1977 e 1980, houve uma redução da área colhida de feijão no território, correspondente a 41.000 hectares entre os anos agrícolas de 1977/1978 e 1978/1979 e a

outros 23.000 hectares entre os anos agrícolas de 1978/1979 e 1979/1980. Apesar dessa retração da área colhida, a produção de feijão, em toneladas, manteve uma trajetória de crescimento. Certamente, diversos fatores, a exemplo da irregularidade das chuvas, podem ter influenciado esse comportamento. Entretanto, o expressivo aumento da produção, mesmo diante da redução da área cultivada, constitui um indicativo dos efeitos do processo de modernização agrícola na região, particularmente da incorporação de inovações técnicas à base produtiva e da ampliação do acesso ao crédito rural.

Além da expressiva participação da produção de feijão da área estudada na agricultura estadual, que, segundo a Ematerba (1980, p. 14), correspondia, em 1976, a 13,88% da produção baiana, destacavam-se também, naquele período, as participações da produção regional de milho e mamona, que representavam, respectivamente, 31,89% e 18,48% da produção estadual dessas culturas. Esses dados evidenciam a relevância da região na dinâmica agrícola da Bahia e permitem identificar uma estratégia de expansão e consolidação do capital no campo, sobretudo por meio da monopolização do território, processo que envolve a subordinação da produção camponesa aos circuitos de comercialização, financiamento e circulação de mercadorias controlados pelo capital.

Essa monopolização se concretiza por intermédio do processo de expropriação da renda da terra camponesa, a partir da apropriação mercadológica dos produtos produzidos pelas famílias. Nesses casos de monopolização, o capital não atua diretamente na produção, porém, por meio das regras de mercado estabelecidas e controladas pelos detentores dos meios de produção, se apropria das mercadorias produzidas e, consequentemente, de grande parte da renda do campesinato, com isso, cria uma sujeição do trabalho camponês ao capital, ou seja, "controlando a comercialização dos produtos agrícolas, controlando até os insumos empregados na produção, o capital estaria instituindo uma sujeição formal do trabalho camponês ao capital" (Martins, 1981, p. 173).

A política de preços estabelecida pelo mercado, a forte atuação dos atravessadores – ou seja, comerciantes intermediários – e os juros oriundos de empréstimos bancários e do próprio crédito agrícola são exemplos de como, de forma indireta, os agentes do capital se apropriam de grande parte da renda camponesa. Além disso, destaco também, a dependência que muitas famílias camponesas passam a ter de determinados insumos e maquinários agrícolas para poder manter um determinado padrão produtivo, no sentido de se manter minimamente no mercado, por meio da chamada economia do excedente.

Essa é uma dependência tecnológica que se traduz em um excludente modelo de modernização da base técnica e no rebaixamento do valor da força de trabalho perante estruturas produtivas altamente tecnificadas, como nos sinaliza Silva (2003, p. 23): "[...] enfim as modificações destinadas a incrementar a produtividade na agricultura, se traduzem não apenas no aumento do trabalho excedente

da própria agricultura: elas contribuem, também, para rebaixar o valor da força de trabalho na sociedade como um todo".

Estudos regionais realizados na área correspondente ao atual Território de Identidade de Irecê já apontavam para a expressiva atuação de agentes do capital nos processos de apropriação da renda camponesa, sobretudo por meio da intermediação comercial exercida pelos comerciantes atravessadores, que adquiriam a produção diretamente dos agricultores. Essa dinâmica é evidenciada pela Ematerba (1980, p. 28-29), ao destacar que: "Participam também da comercialização os comerciantes dos centros urbanos, os agentes de indústria e pequenos comerciantes que se acham espalhados pelas zonas de produção".

O que se observa é que, ao final do ciclo produtivo, em muitos casos, os comerciantes intermediários e as instituições financeiras, por meio da cobrança de juros sobre os financiamentos concedidos, apropriavam-se de parcelas expressivas da renda gerada pelo trabalho camponês, reduzindo os ganhos dos produtores. Nessa perspectiva, Silva (1991, p. 63) reforça essa interpretação ao afirmar que "[...] o capital através do banco, [...] e do comerciante intermediário, apropria-se de grande parte do resultado do trabalho dos pequenos produtores".

A partir de meados dos anos 1990, o processo de modernização agrícola passa a lidar com suas próprias contradições. O endividamento agrícola de grande parte dos camponeses, a forte concentração de riqueza nas mãos dos agentes internacionais e dos comerciantes regionais e os problemas relacionados às irregularidades das chuvas e o empobrecimento da capacidade produtiva dos solos vão, aos poucos, deteriorando a estrutura produtiva que foi montada, a partir dos anos 1950, na área em questão.

Aos poucos, a área plantada de feijão vai declinando de um patamar de aproximadamente 400 mil ha para cerca de 30 a 40 mil ha nos anos 2000, como aponta matéria jornalística do portal G1, publicada em 8 de maio de 2011, como se lê: "Então Irecê, que nos tempos passados plantava 400 mil hectares de feijão, hoje planta 40, 30 mil hectares de feijão. Um declínio total", avalia Joelson Matos, coordenador regional da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA). (G1 [...], 2011)

O processo de monopolização do território, por meio da atuação indireta do capital na produção, deve ser ressaltado no sentido de explicar o forte endividamento do campesinato e o acúmulo de riqueza nas mãos de poucos agentes envolvidos no processo produtivo. A expropriação da renda camponesa foi fortemente exercida na área em questão, ou seja, esse propósito já veio como elemento norteador das intervenções do Estado, do Bird e de outros agentes.

A expansão da fronteira agrícola na área citada possibilitou, principalmente entre os anos de 1960 e 1980, a utilização de solos com melhores capacidades produtivas, ou seja, virgens e ricos em

nutrientes, porém, com o uso intensivo desses solos, e muitas vezes com técnicas inadequadas oriundas de pacotes tecnológicos inspirados na Revolução Verde, o cultivo, principalmente de milho, de mamona e de feijão, foi perdendo produtividade. Com a redução da produtividade, outras realidades se apresentaram como o forte endividamento do campesinato regional, e a constante irregularidade das chuvas que, nos anos com menor índice pluviométrico, causaram grandes perdas nas lavouras de sequeiro.

Tabela 3. Área, produção e valor da produção das principais lavouras temporárias da região de Irecê (1980-1995)

Lavoura	Área (ha)			Produção (t)			Valor da Produção (R$ 1.000,00)		
	1980	1995	Índice (%)	1980	1995	Índice (%)	1980	1995	Índice (%)
Feijão	172.765	151.278	- 12,43	77.536	27.393	- 64,67	102.931	23.539	- 77,13
Milho	168.938	39.919	- 76,4	105.982	7.441	- 92,97	43.137	2.143	- 95,03
Mamona	73.607	34.835	- 52,67	25.800	5. 851	- 77,32	22.372	2.426	- 89,15
Total	415.310	226.032	- 45,6	209.318	40.685	- 80,56	168.440	28.108	- 83,31

Fonte: Novaes Sobrinho (2007, p. 66).

Os dados apresentados na Tabela 3 evidenciam a retração da produção de feijão, milho e mamona entre 1980 e 1995. A análise dessas informações permite inferir que, nesse intervalo, ocorreu uma redução expressiva na produção das principais lavouras temporárias da área estudada, sobretudo de milho e mamona. Essa retração manifestou-se tanto na diminuição das áreas plantadas quanto no volume da produção, expresso em toneladas, e no valor da produção agrícola. Tal cenário aponta para um quadro de dificuldades econômicas que atingiu diferentes segmentos da agricultura regional, provocando prejuízos tanto aos grandes produtores vinculados à agricultura patronal quanto aos pequenos e médios agricultores camponeses.

Os dados evidenciam uma expressiva retração tanto da área plantada quanto do valor da produção das principais lavouras temporárias no Território de Identidade de Irecê. Em valores convertidos para o real, o valor total da produção, que alcançou R$ 168.440.000,00 em 1980, recuou para R$ 28.108.000,00 em 1995, representando uma redução de aproximadamente 83,31%. Entre as culturas analisadas, o milho e a mamona apresentaram as maiores retrações no valor da produção, com quedas de 95,03% e 89,15%, respectivamente. Esses números revelam a dimensão da crise que atingiu a agricultura regional no período, evidenciando o enfraquecimento econômico das principais atividades agrícolas e os limites do modelo de modernização produtiva implantado na região.

A modernização da agricultura no Território de Identidade de Irecê, entre as décadas de 1950 e 1990, representou muito mais do que a incorporação de máquinas, equipamentos e insumos industriais à base produtiva. Constituiu um processo de reestruturação das relações econômicas, sociais e políticas

no espaço agrário, impulsionado pela atuação do Estado, por meio de políticas públicas e crédito subsidiado, e pela expansão dos agentes privados, especialmente instituições financeiras, comerciantes intermediários e empresas fornecedoras de tecnologias e insumos. Essa dinâmica promoveu a integração da agricultura regional aos circuitos capitalistas de produção e comercialização, ao mesmo tempo que estabeleceu mecanismos de subordinação econômica do campesinato, restringindo sua autonomia produtiva e ampliando sua dependência técnica, financeira e mercadológica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade aponta que o modelo de desenvolvimento agrícola, que, na verdade, se fundamentou em crescimento agrícola, naufragou do ponto de vista do desenvolvimento socioespacial e da inclusão do campesinato em uma situação de melhores oportunidades comerciais e produtivas, porém, obteve êxito em seus objetivos de garantir ao capital a monopolização do território.

A monopolização em questão se consolidou com a expansão da fronteira agrícola e, em um primeiro momento, com o forte aumento na produção de lavouras temporárias, principalmente de feijão, gerando a abertura de um importante mercado no coração do Semiárido baiano. Esse mercado serviu para absorver maquinários e implementos agrícolas oriundos, sobretudo, de empresas multinacionais. Nesse ponto, Elias (2003, p. 34) esclarece: “Os agentes dinâmicos da transnacionalização da economia são os poderosos conglomerados multinacionais [...]”.

Importante destacar o papel da burguesia local na área do Território em questão, sobretudo, no que compete aos grandes e médios comerciantes da região que adentraram na modernização agrícola como agentes intermediários de aquisição e comercialização das mercadorias locais. É valido lembrar também sobre o papel do Estado, o qual, nos anos 1940, viabilizou os primeiros tratores e arados mecânicos na área, assim como, ao longo dos anos, foi abrindo estradas, elaborando projetos de irrigação e fornecendo limitada assistência técnica por meio de órgãos tais como a extinta Ematerba.

A assistência técnica foi sendo ofertada com o objetivo de viabilizar o modelo de modernização agrícola na área, pois buscava fornecer conhecimentos básicos e operacionais aos agricultores, visando criar mecanismos para facilitar uma excludente mudança na base técnica da produção no Território e, com isso, inserir parte do campesinato em uma nova cultura produtiva que já nascia altamente subordinada às lógicas capitalistas de mercado. A atuação de órgãos de assistência técnica, estatais e privados, passou a se tornar cada vez mais constante, sobretudo, a partir dos anos 1960.

Essas transformações deixaram marcas profundas na produção camponesa, pois interferiram, a partir do princípio da subordinação e da monopolização, na autonomia de gestão, na produção e no consumo do campesinato no Território de Identidade de Irecê. A subordinação ao crédito agrícola, a

assistência técnica, o acesso a novas variedades de sementes, maquinários e implementos foram, ao longo do tempo, contribuindo diretamente com o processo de expropriação da renda da terra camponesa na área.

O reflexo geral dos arranjos espaciais que foram criados na área em questão pela linha da seletiva modernização agrícola foi dado em um contexto de crise econômica e social no qual os camponeses ficaram à mercê de uma realidade de abandono, dívidas e falta de condições materiais para poderem produzir os meios de vida. No entanto, houve resistência e continuidade do campesinato no Território, pois é parte da essência do campesinato permanecer enquanto unidade de resistência política e cultural, uma vez que a lógica camponesa não é acumular riqueza, mas sim, alimentar a família e trocar parte da produção nos mercados locais – a exemplo das feiras-livres – por outras mercadorias necessárias à reprodução da força de trabalho.

Essa nova dinâmica populacional refletiu o contexto de crise na produção das principais lavouras da região e a falência do modelo de modernização da agricultura que foi implantado na área. Tal crise impactou a dinâmica populacional, uma vez que, em um contexto de baixa produção, falta de crédito, desemprego, falta de mercado e empobrecimento do campesinato regional, os trabalhadores tenderam a buscar alternativas de sobrevivência e, nesse caso, uma boa parte acabou migrando para as periferias das cidades médias e outras regiões. O contexto de crise é retratado por Novaes Sobrinho (2007, p. 64) quando a firma que: “Em meados dos anos de 1980 e início da década de 1990 se inicia nessa região um período de crise, que se estende até os dias atuais. A grande produção que teve início nos anos de 1960 começa a decair em meados dos anos de 1980”.

Na falência do modelo implantado, o campesinato envolvido mais diretamente na modernização ficou em uma situação de dificuldade, visto que muitas famílias camponesas deixaram de produzir a subsistência fundamentada em uma economia do excedente para mergulhar em uma proposta, subsidiada pelo crédito, de agricultura comercial. “São apontadas como consequências desse reordenamento de poder estadual – e da fusão de projetos burgueses de ordem estadual e nacional em um sentido nitidamente industrializante – a atuação do Estado na economia regional de Irecê [...]” (Martins, [20--]).

Dessa forma, as famílias camponesas tenderam a perder sua soberania alimentar e sua autonomia produtiva. Outra questão está relacionada aos laços de solidariedade que se fundamentavam na convivência, no compadrio e na produção familiar e que, com a modernização agrícola na área, passaram a se fundamentar nas dinâmicas comerciais, pois a produção familiar deixa de ser uma dádiva do trabalho da família para se tornar uma mercadoria.

Evidencia-se, portanto, uma das principais contradições desse processo: enquanto a modernização promoveu a expansão da produção comercial e a reestruturação técnica do espaço agrário, também aprofundou desigualdades e fragilizou as condições de reprodução social de parcelas significativas do campesinato. A dependência do crédito, a elevação dos custos de produção, o endividamento e a apropriação de parte da renda camponesa pelos agentes econômicos externos contribuíram para comprometer a sustentabilidade de numerosas unidades produtivas, favorecendo, em situações extremas, a expropriação da terra e a proletarização de agricultores.

Assim, a experiência de Irecê revela que a expansão das relações capitalistas no campo não significou necessariamente a superação da produção camponesa, mas sua crescente subordinação aos mecanismos de acumulação do capital, evidenciando o caráter desigual e contraditório da modernização agrícola regional.

É preciso aprender com os erros do passado, corrigir rumos na direção do fortalecimento de modelos produtivos lastreados na inclusão, na participação popular e na produção coletiva. É possível se ter projetos de produção em larga escala de produtos específicos, porém as ações essenciais devem mirar o fortalecimento da agricultura familiar camponesa, relações socioespaciais includentes, produção de alimentos saudáveis, garantia de acesso justo à terra, proteção e conservação do meio ambiente. Sigamos esperançosos em arrancar alegrias do futuro.

REFERÊNCIAS

BOMBARDI, L. M. *O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa*. São Paulo: Annablume, 2004.

BRASIL. [Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850]. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Brasília, DF: Presidência da República, [1850]. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 3 nov. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. *Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável de Irecê*. [Brasília, D.F.]: MDA, 2008c. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/biblioteca_virtual/ptdrs/ptdrs_territorio050.pdf. Acesso em: jun. 2011.

ELIAS, D. *Globalização e agricultura*: a região de Ribeirão Preto – SP. São Paulo: Edusp, 2003.

EMATERBA. *Levantamento da realidade agrícola da região de Irecê*. [*S. l.*]: EMATERBA, 1980. Disponível em: https://binagri.agro.gov.br/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=53285&query_desc=su%3A%22MAMONA%22 . Acesso em set. de 2011.

FRANK, A. G. A agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo. *In*: STEDILE, J. P. (org.). *A questão agrária no Brasil*: o debate na esquerda 1960-1980. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 35-100.

G1 Bahia. Famosa pela produção de feijão, Irecê (BA) se destaca com o milho. *G1 Bahia*, [*s. l.*], 8 maio 2011. Disponível em: https://g1.globo.com/bahia/noticia/2011/05/famosa-pela-producao-de-feijao-irece-ba-se-destaca-com-o-milho.html. Acesso em: nov. 2024.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS (Bahia). Irecê: “um subsistema urbano” em formação. Salvador: CPE, 1994. 72 p. (Série estudos e pesquisas, 20).

HARVEY, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html. Acesso em: dez. 2011.

IBGE. *Cidades e Estados*: Irecê. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/irece.html. Acesso em: out. 2020.

IBGE. *Cidades e estados do Brasil*. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br. Acesso em: ago. 2023.

MARTINS, F. D. Questão agrária na região de Irecê: capitalismo e resistência camponesa: o caso de Irecê/BA. *A Indaga*: informativo do Movimento Vicente Veloso, Uibaí, [20--]. Disponível em: http://mvive.blogspot.com/p/questao-agraria-na-regiao-de-irece.html. Acesso em: ago. 2011.

MARTINS, J. de S. *A sociabilidade do homem simples*: cotidiano e história na modernidade anômala. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, J. de S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

NOVAES SOBRINHO, J. *Desenvolvimento local na micro-região de irecê-Bahia, município de Jussara*: do feijão a ovinocaprinocultura. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2007. Disponível em: https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/1105/1/JanainaNovaes_Dissertacao_Completa_2007.pdf?utm_source=chatgpt.com . Acessado em: dez. de 2012.

OLIVEIRA, A. U. de. *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: Labur, 2007.

SANTOS, J. A. Lobo dos. Biodiesel e renda camponesa: o algoritmo da despossessão. Salvador: EDUFBA, 2025.

SILVA, José Graziano da. *Tecnologia e agricultura familiar*. 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

SILVA, José Graziano da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira.* Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, 1998.

SILVA, L. R. da. *A natureza contraditória do espaço geográfico*. São Paulo: Contexto, 1991.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *info Territórios*: Território de Identidade Irecê. Salvador: SEI, 2019.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Mudanças demográficas recentes*: região de Irecê. Salvador: SEI, 2000.

SUZUKI, J. C. Modernização, território e relação campo-cidade: uma outra leitura da modernização da agricultura. *AGRÁRIA*, São Paulo, n. 6, p. 83-95, 2007. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/117/117. Acesso em: jun. 2011.